

TEORIAS SEM CASA, TEXTOS SEM PÁTRIA: REFLEXÕES SOBRE LÍNGUA E TRADUÇÃO A PARTIR DE HOMI BHABHA

HOMELESS THEORIES, STATELESS TEXTS: USING HOMI BHABHA TO REFLECT ON LANGUAGE AND TRANSLATION



Raphaella Mendes Silva de Castro LIRA
Professora

Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (CAp – UERJ)
Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil
lattes.cnpq.br/9083457994884660
orcid.org/0000-0001-6524-5373
lira.raphaella@gmail.com

Resumo: O presente artigo parte do pressuposto de que a tradução feita hoje precisa levar em conta aspectos culturais e históricos de maneira mais expressiva e tem como objetivo, a partir de um arcabouço teórico cindido entre os estudos pós-coloniais e os tradicionais estudos de tradução, propor uma discussão sobre a necessidade de uma presença mais clara do tradutor e os processos linguísticos envolvidos na publicação de uma obra teórica. Quais são as relações que se ocultam em uma atividade tão antiga quanto a suposta correspondência e a equivalência entre os idiomas e por que cabe à Literatura Comparada se ocupar de tais questões? De que maneira o vácuo gerado pelo confronto entre as questões prementes colocadas pelo mundo globalizado poderia afetar a natureza da recepção de textos e qual a necessidade de refletirmos sobre isso? Logo, pretende-se refletir sobre esses questionamentos a partir do texto de Homi K. Bhabha, em sua obra *The Location of Culture* (2008) e a versão publicada em português pela editora da UFMG, ao mesmo tempo em que se mantém no horizonte a discussão sobre a circulação da teoria pós-colonial no cenário brasileiro e as tensões inerentes à atividade da tradução.

Palavras-chave: Tradução. Língua. Nação. Pós-colonial. Globalização.

Abstract: *The starting point of this paper is the belief that translation as it is done today needs to seriously take cultural and historical aspects into account, and its objective is to bring to the fore a discussion on the need for both the linguistic processes involved in the translation of theoretical works, and the translator, to become more visible. What relationships lie hidden within this old endeavor, which hangs on the alleged correspondence and equivalence of languages, and why does it fall on Comparative Literature to deal with these matters? How could the vacuum brought forth by the pressing issues of the globalized world possibly affect the reception of texts, and why should we worry about it? These questions will be discussed in the light of Homi Bhabha's "The Location of Culture" (2008) and its Portuguese edition published by UFMG, keeping in view the discussion on the acceptance of post-colonial theory in Brazil and the tensions inherent to the activity of translation.*

Keywords: Translation. Language. Nation. Post-colonial. Globalization.



Este é um artigo em acesso aberto distribuído nos termos da Licença Creative Commons Atribuição que permite o uso irrestrito, a distribuição e reprodução em qualquer meio desde que o artigo original seja devidamente citado.

This is an Open Access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original article is properly cited.

Nação, Globalização e Língua

A maioria das imagens que hoje servem como gatilhos para qualquer reflexão inicial sobre tradução ou mesmo uma possível relação de equivalência entre diferentes idiomas sofre inegavelmente com uma abundância de clichês. Seja a Pedra da Roseta, a figura do turista que gesticula desesperado em uma língua desconhecida por seu interlocutor, ou o site *Google Translate*, ferramenta que visa, talvez, suplantar enfim a função humana na equação e traduzir com rapidez de uma língua à outra, todas essas imagens evocam não apenas a necessidade cotidiana da tradução enquanto ferramenta de estudo e de comunicação, mas também sua presença fantasmagórica e constante em todas as instâncias, sejam elas do presente ou do passado, da história da humanidade. Não há circulação de conhecimento sem tradução.

Nas considerações ainda introdutórias de *O Mito das Nações: a invenção do nacionalismo* (2005), Patrick J. Geary faz uma longa remissão ao ano de 1992, quando o tratado de Maastricht havia sido instituído recentemente, solidificando, dessa maneira um processo longo e complexo de transformação da Europa em um território com ambições comuns. É quase impossível pensar hoje, à luz da ascensão de esforços nacionais que visam novamente retomar uma individualidade perdida, o que significou, naquele momento em especial, esse movimento.

Havia então o desejo de uma comunicação fluida, de uma moeda única e de um comportamento em bloco e globalizado que minimizasse a presença das fronteiras e diluísse problemas. Grupos separatistas e territórios que haviam testemunhado por séculos disputas sobre seus limites, pareciam então pacificados sob a bandeira de uma ambição em comum. Mais do que um banho de água fria no que foi o centro pulsante do nacionalismo, a União Europeia “estava prestes a emergir como uma parceira em condições de igualdade em assuntos internacionais, desafiando não apenas os Estados Unidos, mas também o todo-poderoso Japão como potência econômica dominante” (Geary, 2005, p.12).

Essas condições históricas foram, e, de certa forma, jamais deixarão de ser importantes para que seja possível refletir sobre as questões que ainda hoje se delineiam como urgentes no campo dos debates sobre língua e tradução, e como essas duas ideias são diretamente afetadas não apenas pela globalização, como pela história e formação dos estados nacionais. Toda a tensão acumulada, e os grupos que disputaram fronteiras e protagonismo, ao longo dos séculos – e vale salientar aqui, não apenas na Europa – exigiam seus direitos com base em autodeterminações políticas que tinham sempre as raízes fincadas em dois pontos: etnia e língua. Imigrantes e grupos sistematicamente perseguidos pela violência racista e xenófoba

são, com frequência, sinalizados por não dominarem o idioma do país ou território onde estão, por pronúncias diferentes ou características prosódicas que deixam seu não-pertencimento evidente.

É claro que o que hoje se mostra cristalino aos olhos de quem observa a globalização e seu desenvolvimento paulatino passa, em especial, pelas reflexões de Benedict Anderson e Gayatri Spivak. Benedict Anderson, em sua obra *Comunidades Imaginadas* (2008), oferece uma longa análise sobre o complicado labirinto que hoje entendemos como nação. Ela retoma inclusive Eric Hobsbawm, para afirmar que “na verdade, a condição nacional [*nation-ness*] é o valor de maior legitimidade universal na política de todos os tempos” (Anderson, 2008, p. 28).

Entender e refletir sobre os processos que deram origem às nações contemporâneas não é apenas uma extensão dos tradicionais estudos compreendidos pelas ciências humanas, é também uma maneira de pensar sobre como o passado explica o presente. Essa identidade nacional que aparece acumulada nas frestas da representação não é apenas uma via de acesso a um passado incerto, como também uma maneira de esmiuçar o processo de globalização e as questões que vemos emergir no cenário atual.

Benedict Anderson afirma que a nação é uma comunidade imaginada pois seus membros, por mais que tenham plena consciência do coletivo do qual fazem parte e de como jamais conhecerão todos aqueles com quem partilham o território, ainda assim têm em mente o pano de fundo comum que os une. Independente do que possa eventualmente aproximar ou afastar seus integrantes, a nação é também concebida no espírito de uma camaradagem horizontal (Anderson, 2008, p. 34), pois sua existência pressupõe que, não só o coletivo que a forma está disposto a dividir o espaço e abrir mão de disputas, como também entraria em choque e estaria empenhado em morrer em nome da bagagem que partilham. É na nacionalidade que se alojam os conflitos, as guerras e as disputas entre as nações e é também no cerne da nacionalidade que se encontra alojada a língua.

Um dos pontos sobre os quais se alicerça a análise desenvolvida em *Comunidades Imaginadas* (2008) sobre a constituição do que entendemos como a nação moderna é a circulação de jornais e romances, “pois essas formas proporcionaram meio técnicos para ‘representar’ o tipo de comunidade imaginada correspondente à nação” (Anderson, 2008, p. 55). A língua, por meio de suas duas maiores representantes impressas, é o que dá dimensão do que se conhece por nação. Seus valores e pano de fundo comum só conseguem ser postos em circulação através da letra impressa.

Não se pretende aqui lançar um olhar mistificador sobre a origem do que hoje são as nações do mundo contemporâneo, tampouco apenas retomar as considerações de Anderson sem observá-las com o devido cuidado que a reflexão desenvolvida exige, e que passa obrigatoriamente pela relação íntima entre o que a comunidade imaginada de fato é e a importância que a língua possui nesse contexto, e assim salientar a maneira como ela, a língua, é a medida pela qual se conhecem as realidades, é o pano de fundo contra o qual se erguem culturas, é a pele dos pensamentos dos indivíduos que partilham seu conhecimento. Despidas de uma língua comum, as nações perdem sua unidade, sua capacidade de partilha, sua memória, seu passado e seu presente.

Para um mundo que, há mais de 30 anos sonhava com acordos políticos e econômicos que diminuíssem distâncias e diluísse fronteiras, e cujo rótulo “globalizado” era repetido como se fosse a panaceia que por fim traria solução às mazelas do nacionalismo e dos insistentes grupos nostálgicos de uma cartografia ultrapassada pela velocidade do deslocamento, a necessidade de uma comunicação que correspondesse a esses anseios se fazia cada vez mais presente.

4 Por mais que a tradução sempre tenha sido um dos campos de enfrentamento da Literatura Comparada, é inegável o destaque que a comunicação mundial em língua inglesa ganhou durante esse período. Ainda que hoje estejamos testemunhando a ascensão vertiginosa da China ao papel de protagonista mundial dos pactos comerciais, o inglês alcançou o *status* de língua franca – fenômeno semelhante ao que outrora protagonizaram o grego e o latim na bacia do Mediterrâneo há dois mil anos – e ainda segue como a língua mais falada no mundo, ainda que não seja como primeira língua.

Em muitos países e territórios, a comunicação e o conhecimento em língua inglesa são quase obrigatórios, já que existem idiomas que hoje sabemos falados por grupos isolados e minoritários, e a inescapável tarefa de estar no mundo no século XXI parece pressupor um contato inevitável com o inglês, por mais que se saiba que há condições geográficas e sociais que impõem recortes obrigatórios dentro desse universo, e que, de certa maneira, fogem ao escopo da discussão que se quer colocar aqui. O ponto que quer ser explorado é a maneira como o inglês se converteu na língua símbolo de uma suposta comunidade global. Assim, discutir tradução obriga uma passagem pela língua inglesa e pelo seu ainda inquestionável domínio como ferramenta comunicativa amplamente difundida no mundo.

Tradução, Literatura Comparada e Pós-Colonialismo

A tradução sempre foi um campo de batalha, tensionado entre a necessidade do querer dizer e o desejo de se respeitar uma carga semântica e a originalidade do texto em sua língua original. Traduzir seria apreender o inapreensível, tentar em vão dar forma ao que permeia um texto e, por fim, aceitar que se trata de uma tarefa por natureza incompleta. Situada na móvel e tênue fronteira entre as línguas, a tradução não seria condicionada, a princípio, por uma espécie de exigência social do conhecimento das obras, e sim por um teor de traduzibilidade, conforme afirma Walter Benjamin em *A Tarefa do Tradutor* (2011).

Ele também afirma que, dizer que uma tradução se destina aos leitores que não conhecem o original pode, por vezes, parecer suficiente para explicar uma diferença de nível entre os textos, e que apenas isso justificaria a necessidade de “dizer a mesma coisa”. Traduzir, porém, dificilmente pode ser resumido pelo adágio simplista sugerido acima e quase sempre recai no fatalismo e na arbitrariedade que residem silenciosamente nos signos linguísticos. Em *Quase a Mesma Coisa* (2007), Umberto Eco tenta elucidar brevemente o exercício de tradução:

O que quer dizer traduzir? A primeira e consoladora resposta gostaria de ser: dizer a mesma coisa em outra língua. Só que, em primeiro lugar, temos muitos problemas para estabelecer o que significa ‘dizer a mesma coisa’ e não sabemos bem o que isso significa por causa daquelas operações que chamamos de paráfrase, definição, explicação, reformulação, para não falar das supostas substituições sinonímicas. Em segundo lugar, porque, diante de um texto a ser traduzido, não sabemos também o que é a *coisa*. E enfim, em certos casos é duvidoso até mesmo o que quer dizer *dizer*. (Eco, 2007, p. 9)

O que pode parecer simples nas considerações de Umberto Eco, ainda que o autor não perca de vista a problemática existente no horizonte da tradução, é a maneira como todas as questões relativas à atividade aparentemente objetiva de transpor um texto de uma língua para outra se transforma em uma teia na qual irão se entrelaçar não apenas as diferenças lexicais e semânticas de cada língua, mas a própria compreensão do texto e uma suposta essência intrínseca à mensagem apresentada.

Traduzir significa negociar, repensar e refletir, processos que, por mais que possam ser previstos com frieza técnica e objetividade linguística, acabam sendo completamente dobrados e remodelados pela própria natureza maleável da tradução. Alojada na instabilidade por

natureza, ela enfrenta e se depara constantemente com as mesmas impossibilidades e desafios que são inerentes ao terreno da linguagem.

As questões relativas à tradução sempre estiveram também no cerne dos debates propostos pela Literatura Comparada - campo que abrigou a gênese dos Estudos Pós-coloniais - principalmente devido à noção de transversalidade presente desde o nascimento da disciplina e sua relação ampla e dialógica com a internacionalidade dos estudos (Coutinho, 2013). Por mais que, no início, fosse esperado do pesquisador e acadêmico o conhecimento de diversas línguas, de modo a facilitar o estudo e as eventuais relações interlinguísticas, logo ficou evidente a necessidade dos estudos de tradução e sua relação íntima com o campo.

Já com a emergência dos estudos pós-coloniais, que por mais que hoje já estejam em pé de igualdade com a própria área que lhes deu origem, é necessário salientar que a tradução sempre esteve presente, acompanhando e integrando parte importante dos debates, em especial na figura de Gayatri Spivak, que ganhou projeção inicialmente com sua tradução para o inglês da obra de Jacques Derrida, *Gramatologia* (1997).

6

Assim, traduzir uma obra pensando apenas na possível visibilidade, ou na comunicação em si, jamais daria conta da complexidade da tarefa. No prefácio que a própria Spivak assina e que antecede sua tradução do texto de Derrida, ela toma para si a tarefa de, para além de apresentar brevemente o autor, tecer considerações sobre a natureza do prefácio, que abriga uma mentira, pois insere uma ficção em um discurso cuja aspiração é a verdade. Mais do que uma nota ou algo que elucidie sobre a atividade de traduzir o texto, o prefácio que antecede o texto e as autorias díspares de ambos os textos criam o terreno perfeito para um paradoxo alimentado pela própria atividade de tradução. Escreve-se o prefácio após a tradução feita e cabe ao leitor sua passagem obrigatória por ele antes de adentrar o texto em si. Um texto feito a posteriori que será lido a priori.

As questões que a autora coloca sobre a natureza do prefácio em si interessam pelo potencial de serem lidas à luz dos desdobramentos da proposta que se pretende explorar aqui: questões de tradução relativas ao texto *The Location of Culture* (2008) de Homi K. Bhabha. Nativo de Mumbai e radicado nos EUA, Bhabha é ainda hoje considerado como uma das principais vozes da teoria pós-colonial. Suas obras *Nation and Narration* (1990) e *The Location of Culture* (2008) são considerados marcos na área. No presente trabalho, as questões serão abordadas a partir da tradução brasileira da obra *The Location of Culture* (2008), na qual o autor teoriza sobre representações e pontos nevrálgicos do pós-colonialismo a partir de seu lugar específico de articulação enquanto indo-britânico radicado no EUA.

Antes de abordar especificamente a obra de Bhabha, há que se fazer algumas ressalvas sobre o autor que podem ajudar a elucidar o tipo de debate que se quer levantar a partir de sua obra. A própria página em inglês da *Wikipedia*¹ sobre o Homi Bhabha parece tentar elucidar algo sobre a natureza de sua escrita, ao fazer referência a um episódio específico quando, em 1998, a revista *Philosophy and Literature* concedeu ao autor o segundo lugar em sua tradicional *Bad Writing Competition*, conhecida por destacar as produções acadêmicas cujas escolhas estéticas e estilísticas tornam praticamente incompreensível a mensagem que pretendem veicular.

Já a obra em si, traduzida no ano de 2001 por Myriam Ávila, Eliana Lourenço e Gláucia Renate Gonçalves para a editora da UFMG, deu tração ao pensamento de Bhabha no cenário nacional, muito embora seja possível afirmar que, em comparação com outros países de herança colonial e imperialista, a repercussão tenha demorado a atingir seu pleno potencial. De maneira análoga a Gayatri Spivak, que anos antes havia escrito um prefácio sobre o que havia significado traduzir Derrida, as tradutoras de Bhabha também escrevem uma nota compartilhada que antecede a leitura do livro, na qual chamam à atenção para um aspecto que, para a reflexão que vem sendo desenvolvida aqui, parece-nos crucial:

7

Dono de uma redação muito própria, que reflete na sintaxe a complexidade da argumentação que expõe, Homi Bhabha é considerado um autor de difícil leitura mesmo pelos leitores que têm o inglês como língua materna. Isto coloca para o tradutor a delicada opção de, ou reeditar no português a intrincada expressão do texto original, ou parafraseá-lo em linguagem mais direta. Se levarmos em conta a posição de Theodor Adorno, segundo o qual banalizar a linguagem é banalizar o pensamento que ela veicula, a tarefa do tradutor seria manter a dificuldade de leitura no mesmo patamar da dificuldade teórica do texto. Optamos por conservar, até certo ponto, a estranheza da formulação original, mas “traduzindo”, em alguns pontos, a expressão do autor para uma forma um pouco mais transparente. (Bhabha, 2001, p. 9)

Forma, sintaxe ou apenas translação idiomática? O que significaria “conservar até certo ponto”? Como é possível conceber uma tradução que se proponha a função de preservar até certo ponto o que é sinalizado como excentricidade ou originalidade? Não seria isso uma postura falsamente neutra perante um texto que, como o de Bhabha, exige uma interação com o leitor? Mais do que focar no que foi de fato realizado enquanto trabalho de tradução, é

necessário que se questione qual é o sentido de apenas tentar reproduzir em português os inúmeros jogos de palavras que carregam em si a subversão do discurso proposta pelo autor em *The Location of Culture* (2008).

A complexa retórica de Bhabha poderia ter aberto caminho para uma tradução que não priorizasse a translação de colocações e que de fato buscasse uma subversão semelhante àquela pensada pelo autor. Por mais que essa proposta possa parecer utópica, é interessante lembrar que “toda tradução é em si uma interpretação”, ou seja, traduzir um texto já implica em alguma medida interagir de maneira interpretativa com as informações ali apresentadas (Berman, 2007, p. 20), e é quase impossível para obras com o nível de acúmulo simbolizado pelos estudos pós-coloniais serem inteiramente separadas das próprias fortunas críticas que as cercaram já na origem. O processo de desvendar o significado de um texto está intimamente ligado ao fato de decifrar a língua na qual foi escrito, desfazendo eventuais ambiguidades, buscando sinônimos, enfim, propiciando a melhor compreensão possível. Talvez seja nesse âmbito que resida o grande obstáculo do texto de Homi Bhabha.

8

Há outras informações biográficas sobre o autor que podem ajudar a elaborar o debate que se pretende levantar aqui, a partir das considerações que as tradutoras julgaram necessárias apresentar na introdução da obra. Nascido em Mumbai, e hoje radicado nos Estados Unidos, Homi Bhabha cresceu em uma cultura anglófona e pós-colonial por natureza. O que hoje se apresenta como nação carrega ainda as cicatrizes do que foi a dominação colonial inglesa e a imposição do inglês enquanto língua de comunicação oficial. O que isso significa?

Inicialmente, apesar de podermos afirmar que o crítico não é menos fluente que qualquer falante de inglês nascido na própria Inglaterra ou em qualquer país que tenha hoje o inglês como língua oficial, é necessário atentar para o fato de que, camuflado na bandeira de unificação e de idioma universal, o inglês é tão plural quanto os países que integram seu conjunto e que também ele abriga em seu cerne as diferenças e marcas do que foi o processo colonial. Indo além da óbvia prosódia e do léxico, há comunidades e culturas inteiras que se destacam sob o aparente *status* de comunicação fluida e suposta língua internacional do inglês hoje.

Camuflado na leitura que se faz hoje do inglês como língua franca, o que de fato está oculto? A violência dos impérios erguidos empregando a língua como braço estendido do poder ou a língua da expansão capitalista ainda hoje instrumento de comunicação dos antigos colonizados? Uma língua é uma utopia, e cabe aqui ressaltar que não é apenas a variação linguística que deixa como legado essa visão, e sim a própria realidade que essa mesma língua

acaba por expressar. Logo, como ler um autor, sabendo que sua reflexão, alicerçada na realidade fraturada pelo colonialismo, escrita por fim na língua que serviu como instrumento de dominação e cuja natureza de pensamento expresso é ainda hoje considerado hermético ou indecifrável? O caminho possível para a resposta desses questionamentos passa, inevitavelmente, pelo campo delimitado e pela reflexão oferecida pelos estudos pós-coloniais.

Os estudos pós-coloniais compreendem não apenas a imensa gama de consequências dos países que experienciaram o colonialismo, mas também a maneira determinante como esse conjunto de acontecimentos tem, ainda hoje, em suas respectivas realidades, características palpáveis. Logo, é esperado que essa relação ainda na origem abrigue, na pluralidade e na polissemia vigente em todos esses idiomas, relações igualmente confusas e ambíguas. Além disso, por pós-colonial também se entende a compreensão da “dualidade instável, ambivalente e porosa entre colonizador e colonizado, ocidental e oriental, centro e periferia, primeiro e terceiro mundos.” (Melo, 2020, p. 18).

Retornando ainda às questões que a tradução da obra de Homi K. Bhabha suscita, é importante salientar que houve a escolha por traduzir o termo “*in-between*”, um dos principais termos legados pelo autor, como “entre-lugar”. Essa translação para o português da expressão ecoa uma conhecida formulação de Silviano Santiago, em “O entre-lugar no discurso latino-americano”, que não possui ligação com o que é proposto por Bhabha. Por mais que a escolha possa não ter sido a mais fortuita, visto que ambas as acepções do termo são distintas, é importante salientar que o elenco de possibilidades que pudesse dar uma ideia de quais foram as reais intenções do autor com essa construção.

Ainda em *A Tarefa do Tradutor*, Walter Benjamin salienta que:

Traduções que são algo mais do que meras transmissões surgem quando uma obra tiver chegado, na continuação da sua vida, à época de sua fama. Por isso, elas não estão tanto a serviço de sua fama (como costumam alegar os maus tradutores em favor de seu trabalho) quanto lhe devem sua existência. Nelas, a vida do original alcança, de maneira constantemente renovada, seu mais tardio e abrangente desdobramento. (Benjamin, 2011, p. 105).

Talvez mais do que a questão da sobrevivência de uma obra, a citação de Walter Benjamin salienta o fato de que uma tradução é algo que colabora para a essência dessa mesma obra, algo que de certa forma sempre esteve latente na natureza do original, desde sua criação. Mais do

que permitir o acesso do público a uma determinada obra, a tradução permite que o original ganhe por fim toda a potência que se encontrava presente desde seu nascimento. É sendo traduzida que a obra finalmente alcança seu desenvolvimento último. Traduzir pode sim ser mais do que fazer com que uma obra seja conhecida; pode significar, de fato, fazer com que um discurso se torne conhecido justamente no momento em que se faz necessário.

Na introdução de *Against World Literature On the politics of untranslability* (2013), Emily Apter afirma que:

Falha de tradução – uma das obsessões de Walter Benjamin e um conceito cuja riqueza tem sido muito menos explorada por estudos de tradução do que sua famosamente enigmática ideia de *reine Sprache* (linguagem pura ou linguagem transparente) – nos convida à elaboração em conjunto com outras iterações do não-traduzível: “o que se perde na tradução”, o mal traduzido, a tradução não confiável e o contraditório, uma condição impassível que parece se aninhar na linguagem; por vezes discernível como um distanciamento da normatização da linguagem. (Apter, 2013, p. 29).²

10

De tudo aquilo que se coloca como desafio à tradução no texto de Walter Benjamin, todas as questões nada mais são do que os monstros que dormem à espreita na linguagem. Emily Apter relembra que, de todo o legado colocado de Benjamin, o único que ainda parece ressoar é a intraduzibilidade, quando o autor sempre deixou evidente que traduzir, fazer com que um texto deslize de uma língua a outra nada mais era do que se deparar com labirinto e miragem. De todas as considerações legadas pelas reflexões de Benjamin sobre tradução, a que mais parece ter persistido é justamente a ideia de que entre duas línguas há um abismo intransponível.

Logo, até que ponto um texto dessa natureza, que se quer descentrado, ex-ótico, ex-cêntrico, merece ter suas incompreensibilidades (fielmente) traduzidas para o português? Não seria também o Brasil palco de muitas das questões abordadas por Bhabha em sua reflexão de natureza pós-colonial? Não é o Brasil, país de inegável herança colonial, um campo que convida ao aprofundamento de muito do que é proposto por Bhabha em *The Location of culture*?

Quando analisamos com mais atenção esse contexto, é possível observar que há a tentativa de reproduzir alguns dos estranhamentos da prosa do autor, talvez, além do verdadeiro potencial do texto original. Além disso, o que acaba por emergir do contato com um texto como

o de Bhabha é que o papel do tradutor, irremediavelmente implicado na ponte entre o original e o que hoje conhecemos como a circulação mundial de uma obra, pode ser lido também à luz de um conceito outro, dessa vez oriundo de Gilles Deleuze e Félix Guatarri.

Em *Por Uma Literatura Menor* (2014), os autores afirmam que uma literatura menor não é aquela que é feita numa língua menor, e sim frequentemente aquela que uma minoria faz numa língua dita maior. Em *The Location of Culture*, um texto que, por mais que não seja uma obra literária, é o relevo do discurso da minoria impresso na voz da maioria, publicado em inglês, por uma editora de grande circulação, destinado a refletir e dar contorno a uma discussão cada vez mais urgente sobre as consequências do colonialismo.

Assim, por que a tarefa de traduzir não deveria também estar em sintonia com o que representa uma obra como essa – e é importante salientar aqui, apenas uma, dentre tantas? As possibilidades por vir compreendidas pelas páginas de *The Location of Culture* são múltiplas, e todas elas apontam para uma única necessidade: difundir cada vez mais o pensamento pós-colonial dentro dos círculos de estudos literários brasileiros.

Textos à Deriva em um Mundo Globalizado

11

O ponto de vista aqui desenvolvido, privilegiado historicamente pela posição temporal do presente, permite que se afirme sem sombra de dúvida que a ideia de globalização que era divulgada e esperada no final do século XX e o mundo globalizado no qual vivemos hoje não são apenas duas posições antagônicas, e sim dois polos irreconciliáveis. Havia uma expectativa – que hoje podemos classificar como quase ingênua – de um mundo mais próximo e unido, talvez buscando mais objetivos em comum e sendo norteado pelas mesmas preocupações econômicas e ambientais e, no entanto, a realidade na qual estamos imersos se distancia cada vez mais disso. O que restou dessa utopia foi a velocidade de comunicação legada pela internet e a predominância ostensiva do inglês como língua de veículo.

Nesse sentido, é necessário:

Conceber o ato tradutório como uma “atividade consciente” do papel que o tradutor desempenha em um determinado projeto de tradução. Ou seja, é importante que esse profissional não encare a operação textual ou interpretativa (nos casos de interpretação simultânea ou consecutiva) por si só, mas considere que esses materiais e comunidades envolvidas carregam consigo aspectos culturais e políticos cruciais para uma nação.

Desta forma, o ato de traduzir ou interpretar está diretamente articulado com questões sociais, econômicas, culturais, entre outras. (Santos & Francisco, 2018, p. 2940).

A tradução no contexto atual existe, para retomar uma colocação de Walter Benjamin citada aqui anteriormente, como uma maneira de também reposicionar um texto no mundo e, principalmente, como uma ferramenta que pode, longe de diluir diferenças, apresentar para o leitor todo um mundo que se encerra na natureza de um idioma desconhecido. Por maior que seja o *status* atual do inglês, para aqueles que não dominam a língua, tudo aquilo que é criado em seu cerne permanece estrangeiro e intocado.

Em *Sobre a linguagem em geral e sobre a linguagem do homem* (2011), o próprio Walter Benjamin afirma, em uma análise filosófica sobre a natureza das línguas que falamos e sobre como nos comunicamos, que à cada língua cabe uma essência espiritual particular, e sua função primária é comunicar justamente essa essência. A ideia de correspondência entre as línguas cai para segundo plano, já que cada idioma só pode comunicar sua própria substância. Uma língua encerra em si um mundo distinto, mundo esse cuja origem vai se confundir com a abordagem proposta aqui com a própria ideia de nação. Ambas são os alicerces das identidades coletivas que ainda persistem, sendo uma delas uma das características que fundamenta a existência da outra. A língua que falamos é, ainda, o território imaterial que habitamos, um imaginário que se partilha, apesar das diferenças de econômicas e sociais – ou ainda, que é compartilhado à revelia de tudo que é imposto pela realidade desse mesmo mundo globalizado.

12

O caso de tradução explorado aqui, simbolizado pelo pensamento de Homi K. Bhabha e pelas questões pós-coloniais colocadas por *The Location of Culture* certamente poderia ter sido acompanhado por um mergulho mais intenso, por parte do processo tradutório, no que é o imaginário cultural erguido pelos estudos pós-coloniais. Evidentemente que não se quer aqui sugerir que a tradução feita foi insuficiente, ou que ela é responsável pela resistência acadêmica ainda perceptível ao pós-colonialismo. Porém, é inevitável concluir que, quando abordamos a tradução de um texto tão específico e fraturado, reflexo ele próprio de tanto acúmulo sobre a natureza das nações no contexto pós-colonial, sobre os lugares que cabem aos sujeitos que as habitam e sobre suas relações identitárias, talvez fosse necessária uma imersão semelhante àquelas que hoje vem sendo exploradas.

Traduzir deixou de ser um ofício visto como invisível, oculto, e passou a ser cada vez mais reconhecido e valorizado. Hoje, é esperado que o tradutor se faça presente, que esteja mais e mais aproximando culturas e línguas, e não apenas vertendo mensagens de um idioma

ao outro. Assim, não se trata apenas de observar a primeira edição brasileira da obra e questioná-la e, sim pensar como algumas das escolhas feitas, como o caso que foi citado anteriormente sobre o entre-lugar, poderiam deixar mais evidente a proximidade do que está sendo dito pelo autor com o cenário vivenciado pela própria realidade brasileira, pós-colonial por tempo e definição.

Discutir esse tipo de questão a partir do que é colocado pelas possibilidades da tradução, ainda mais no contexto que se vive hoje, de “contínuo ataque à autonomia das humanidades – e, na verdade, à própria universidade sob sua aparência histórica de torre de marfim, um ‘mundo à parte’, para o mal ou para o bem” (Coletivo de Pesquisa de Warwick, 2020, p. 17), é mais do que apenas urgente, é indispensável. Traduzir um texto e colocar em circulação o conhecimento veiculado por ele, apresentá-lo e torná-lo próximo de um outro grupo ou de um outro povo é um dos atributos que historicamente se confunde com a da formalização da universidade moderna em si.

A atividade de tradução, para além de pavimentar o caminho para os debates que hoje podem, enfim, estar fincados no acesso amplo e irrestrito ao conhecimento, também sempre fez parte dos estudos que estiveram na origem e na posterior popularização da própria Literatura Comparada enquanto disciplina, a mesma que viria posteriormente abrigar também a reflexão pós-colonial. Assim, seu nascimento, por mais que tenha sido poliglota e imigrante, sempre carregou o embrião da necessidade das línguas múltiplas, da tradução e dos problemas teóricos que dela poderiam advir.

A compreensão do pensamento pós-colonial exige que se coloque em perspectiva também a maneira como traduzir pode propiciar mais do que a simples circulação de um texto, colocando-o no único lugar possível para qualquer texto hoje: à deriva. Em tempos de uma crise do capitalismo de dimensões – pode-se aqui abusar do uso do termo – globais, o ofício do tradutor serve para liberar um texto de seu local de nascimento. Talvez, no futuro ainda distante e inimaginável para quem hoje experimenta a intensificação dos discursos nacionalistas e uma evidente tensão no cenário mundial, faça sentido pensar postulados teóricos e suas respectivas corroborações como teorias sem pátria definida, à luz, quem sabe, do que está sendo explorado hoje pelo Coletivo de Pesquisa de Warwick, divulgado em sua recente obra *Desenvolvimento Combinado e Desigual* (2020). O que temos hoje é um sistema mundial que está entrando em colapso de maneira semelhante, tanto nos países vistos como centrais, quanto nos anteriormente periféricos, o que pode fazer com que, num futuro não muito distante, encaremos ainda mais as mudanças propiciadas por essas experiências como determinantes

para uma paisagem cada vez mais fluida, em que vão se destacar processos, em vez de nacionalidades ou mesmo línguas. (Coletivo de Pesquisa de Warwick, 2020).

Além disso, é importante ressaltar também, talvez numa tentativa vã de apontar uma conclusão possível para uma discussão que certamente ultrapassa os limites do presente texto, que muitas das considerações que hoje vem servindo para embasar as novas ascensões nacionalistas que vemos despontando no mundo parte de um conceito estático do que é um povo, conforme Patrick Geary vai retomar nas considerações finais de sua obra, anteriormente citada aqui.

Muito do que hoje se coloca como obstáculo a um mundo que tenha suas fronteiras líquidas, diluídas de maneira satisfatória no fluido desenvolvimento contemporâneo, passa pelo fato de que as demandas nacionalistas enxergam seus povos – e suas línguas, por extensão – como unidades invariáveis, que teriam a capacidade de manter uma estabilidade temporal semelhante à dos territórios ao longo do tempo.

As evidências, no entanto, apontam para uma conclusão distinta, que coloca as nações e suas características muito mais como uma torrente de mudanças experimentadas por um grupo ao longo de um determinado período de tempo, e não apenas como uma partilha determinada, imóvel, datada e precisa. Assim, faz muito mais sentido pensarmos a tradução à luz de um mundo onde os textos flutuam em um mar revolto de referências, e que vai caber ao tradutor o papel crucial de farol em meio à tempestade, guiando calmamente à margem tudo aquilo que se encontra à deriva.

14

REFERÊNCIAS

Anderson, B. (2008) *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem do nacionalismo* (D. Bottman, Trad.). Companhia das Letras.

Apter, E. (2013). *Against World Literature*. Verso Books.

Benjamin, W. (2011). *Escritos sobre Mito e Linguagem* (S. Kampff Lages, & E. Chaves, Trad.). Editora 34.

Berman, A. (2007). *A Tradução e a Letra ou o Albergue do Longínquo* (M. H. C. Torres, M. Furlan, & A. Guerini, Trads.). 7 Letras.

Bhabha, H. K. (2001). *O Local da Cultura* (M. Ávila, E. L. L. Reis, & G. R. Gonçalves, Trads.). UFMG.

Bhabha, H. K. (2008). *The Location of Culture*. Routledge.

-
- Coletivo de Pesquisa de Warwick. (2020). *Desenvolvimento Combinando e Desigual* (G. B. Zanfelice, Trad.). Editora Unicamp.
- Coutinho, E. F. (2013). *Literatura Comparada: reflexões*. Anna Blume.
- Deleuze, G., & Guatarri, F. (2014). *Por Uma Literatura Menor* (C. V. da Silva, Trad.). Autêntica.
- Derrida, J. (1997). *Of Grammatology* (G. Spivak, Trad.). The Johns Hopkins University Press.
- Eco, U. (2007). *Quase a Mesma Coisa* (E. Aguiar, Trad.). Record.
- Geary, P. J. (2005). *O Mito das Nações* (F. Pinto, Trad.). Conrad Editora do Brasil.
- Melo, A. C. (2020). Crítica da razão nacional-ocidentalista: por uma nova abordagem pós-colonial nos Estudos Brasileiros. *Alea*, 22(2), 17-40.
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-106X2020000200017&lng=en&nrm=iso
- Santos, S. A., & Francisco, C. (2018). Políticas de tradução: um tema de políticas linguísticas? *Fórum Linguíst.!co*, 15(1), 2939-2949.
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/1984-8412.2018v15n1p2939>
- Spivak, G. (1997). Translator's preface. In *Of Grammatology* (G. Spivak, Trad.). The Johns Hopkins University Press.

¹ Informação disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/Homi_K._Bhabha. Acessado em: 15/01/2021.

² Translation failure — one of Walter Benjamin's obsessions and a concept whose richness has been plumbed by translation studies far less than his famously enigmatic notion of *reine Sprache* (pure or transparent language) — invites elaboration alongside other iterations of the non-translatable: "lost in translation," the mistranslated, unreliable translation and the *contresens*, an impassive condition that would seem to nest in language; sometimes discernible as a pull away from language norming. (Apter, 2013, p. 29)